

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 03/07/2019

- [Educadores ensinam alunos a criarem aplicativos e sites de impacto social](#)
- [Justiça Presente: melhorias no cumprimento das medidas socioeducativas são discutidas em reunião no TJPB](#)
- [EJUS e CIJ promovem palestra sobre depoimento especial e atividade cartorária](#)
- [VII-DF orienta sobre autorização de viagem para crianças e adolescentes](#)
- [TJPE implanta PJe nas unidades Regionais da Infância e Juventude do Estado](#)

Assunto: Educadores ensinam alunos a criarem aplicativos e sites de impacto social

Fonte: Promenino

Data: 03/07/2019

Promenino

Iniciativa faz parte da formação de multiplicadores do Pense Grande em Etecs de São Paulo e incentiva o contato com ferramentas tecnológicas.



Sites para divulgação de costureiras, aplicativos que auxiliam nos procedimentos médicos, na recolocação no mercado de trabalho ou comandam robôs que pegam alimentos abandonados em caixas de supermercado e reposicionam nas gôndolas. Esses são só algumas das ideias que estão sendo criadas e executadas por alunos de diferentes Etecs de São Paulo.

Estimulados pelos professores e capacitados pela metodologia de empreendedorismo social do programa Pense Grande, da **Fundação Telefônica Vivo**, os estudantes do Ensino Médio Técnico têm a chance de construir projetos que impactem positivamente a comunidade que vivem. Ao longo do semestre, eles desenvolvem ideias transformadoras, trabalham a prototipação e expõem o trabalho final para toda a instituição.

A construção de aplicativos e sites faz parte da fase de prototipação das soluções criadas por eles. Para Cíntia Pinho, professora da área de Informática, Gestão e Projetos da Etec Professora Maria Medeiros, de Ribeirão Pires (SP), o contato com as ferramentas digitais tecnológicas desenvolve a capacidade de planejamento dos alunos.

“É muito bacana perceber os alunos assumindo o protagonismo de seus aprendizados e sentindo que realmente estão construindo mais do que um simples aplicativo e site, mas uma iniciativa que pode, inclusive, sair do papel”, diz Cíntia.

Professores programadores

Nas Etecs e Fatecs são os docentes que auxiliam os alunos na criação de novas ferramentas tecnológicas, especialmente aqueles que participaram da formação de professores multiplicadores do programa Pense Grande.

Ao longo do primeiro semestre do ano, cerca de 80 professores mergulharam na metodologia do Pense Grande para aprender mais sobre empreendedorismo, tecnologia e como causar impacto na comunidade. Além das atividades formativas, eles foram estimulados a implementar com os alunos o que apreenderam, com mentoria ao longo de todo o processo.

Entre os dias 8 e 13 de maio, os professores participaram da etapa que envolveu a capacitação de aplicativos e sites. Com a ajuda do parceiro-executor Impact Hub, os docentes foram capacitados a criar aplicativos na plataforma Marvel e sites por meio do programa Wix, ferramentas que permitem ampliar a imaginação e testar soluções desenvolvidas.

Segundo a professora da **Etec Professora Maria Medeiros**, Simone Cunegundes, aprender essas ferramentas ajudam a ampliar as ideias e concretizar os projetos. “O Wix e Marvel mostraram-se ferramentas versáteis, práticas e que tornam o processo de aprendizagem democrático, divertido e com significado para docentes e discentes”, comenta.

Para muitos docentes, a capacitação foi o primeiro contato direto com programação. Foi o caso de Salvador Cardoso, professor de Ensino Médio Técnico em Administração na **Etec Dr. Geraldo José Rodrigues Alckmin**, de Taubaté (SP). “Para mim foi algo 100% novo. Aprendi do zero como criar sites e aplicativos e agregou bastante no meu plano pedagógico. Agora consigo aplicar esse conhecimento em outras disciplinas e até na formação de trabalhos de conclusão de curso”.

As ferramentas digitais empoderam não só o professor, mas também o estudante. “O maior aprendizado foi conhecer uma plataforma para criação de sites e aplicativos independentemente de conhecimento de programação ou design e ainda ter a oportunidade de elaborar um protótipo. Se para nós já foi um aprendizado fico imaginando como será para os alunos”, declarou a professora Eliane Regina Piccini Oliveira, da **Etec Prof. Horácio Augusto da Silveira**, que fica na zona norte de São Paulo.

“Para o professor estar engajado nesse processo, ele tem que estar aberto a se transformar como educador, a se questionar e a refletir sobre o que quer alcançar com a proposta educativa. É isso que ajuda a compreender uma proposta diferente dentro do processo educacional. Ajuda a entender que se está educando para além dos 50 minutos da aula”, diz Simone Cunegundes, da Etec Professora Maria Medeiros.

Uma nova forma de trabalhar

O professor Alan Rangel, dos cursos técnicos de Administração e Secretariado da **Etec Tereza Aparecida Cardoso Nunes**, de Artur Alvim (SP), ressaltou o entusiasmo de seus estudantes quando foram ensinados a criar sites para os projetos de empreendedorismo que estavam desenvolvendo, afinal era uma forma de tornar suas criações mais tangíveis.

Ele conta que a turma que mais se destacou foi a de um grupo de meninas que criava um projeto de assessoria de eventos. “A proposta delas era auxiliar pessoas a dimensionar a necessidade de alimentos para a realização de um evento. Lembro que o grupo queria desistir da ideia, pois

não sabiam desenvolver um aplicativo, mas quando eu apresentei a possibilidade de montar o protótipo no App Marvel, elas ficaram ansiosas para aplicar suas ideias e verificar o resultado”.



Cíntia e Simone trabalharam juntas no ensino de projetos para os alunos da Etec Professora Maria Medeiros. O resultado do trabalho dos jovens foi apresentado em um Demoday, realizado na última segunda-feira (24/06), para que toda a escola conheça a criação

dos estudantes. Os três primeiros colocados foram premiados por uma banca composta pela **Impact Hub**, além de empreendedores e personalidades públicas de Ribeirão Pires.

Para conseguir bons resultados, foi necessário uma imersão e construção conjunta com os alunos, que passou pelo mapeamento das dificuldades que eles tinham no uso das ferramentas e possíveis soluções baseada no nível de evolução de cada um dentro do projeto. “Na medida em que eles foram percebendo como os apps e os sites estavam alinhados ao que eles queriam trazer, tudo começou a fazer mais sentido”, disse Simone.

O processo não veio sem grandes desafios. Um dos maiores é aproximar os alunos das novas tecnologias, uma vez que muitos deles não têm acesso a computadores ou internet em suas casas. Mesmo entre aqueles que têm, existe uma mudança de cultura que precisa ser implementada.

“Muitas vezes o aluno ainda não se apropriou das tecnologias, então eles vêm com uma resistência muito forte. Nesse ponto eu vejo que tem um questionamento cultural. Você vê que são estudantes que tinham uma resistência de incorporar as ferramentas nos projetos porque isso os tirava da zona de conforto”, diz Simone.

Já Cíntia destaca que o desenvolvimento de ideias que solucionem problemas reais foi o mais difícil para os alunos. “Há uma grande dificuldade para sair da sua própria vida, para entender os problemas que estão ao redor deles. Outra dificuldade é aprender a trabalhar com prazos curtos para entrega de tarefas, porém, aos poucos, eles vão se adaptando.”, acredita a educadora.

Assunto: Justiça Presente: melhorias no cumprimento das medidas socioeducativas são discutidas em reunião no TJPB

Fonte: Abraminj

Data: 03/07/2019



Foto: TJPB



Atualmente, na Paraíba, 441 jovens cumprem medidas judiciais, sendo que 379 estão em normas socioeducativas de internação e 23 adolescentes em situação de semiliberdade.

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça da Paraíba se reuniu com representantes de vários órgãos públicos do Estado para apresentar e discutir o 'Eixo 2', do Programa Justiça Presente, voltado ao aperfeiçoamento e melhorias no cumprimento das medidas socioeducativas por jovens e adolescentes apreendidos. O encontro de trabalho aconteceu durante toda a manhã desta terça-feira (2), na Sala Branca do TJPB. O GMF tem como coordenador o desembargador Joás de Brito Pereira Filho.

A representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ana Pereira, coordenou a reunião e disse que todos os atores que dialogam diretamente com essa pauta foram ouvidos, com o propósito de fortalecer mecanismos capazes de melhorar as formas no cumprimento das medidas alternativas impostas aos jovens e adolescentes na Paraíba. “Na verdade, nós queremos conhecer a realidade do Estado e quais os principais gargalos a serem enfrentados, no sentido de repensarmos as práticas restaurativas e medidas inteligentes, sempre trabalhando o exercício da cidadania”, comentou.

Ela acrescentou que o segmento socioeducativo envolve, desde a emissão de documentos, as ações de saúde e educação. “Debatemos aspectos para a reinserção desses jovens ao mercado de trabalho, após as medidas de cumprimento da pena. Eu acredito que, a partir das propostas trazidas à mesa de reunião, vamos fazer encaminhamentos, de forma coletiva, no sentido de atender às demandas postas pelo Estado”, acrescentou Ana Pereira, que também representa o

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), assim como seu colega Olímpio Rocha, que participou, pela primeira vez, de uma reunião do GMF.

O juiz auxiliar da Presidência do TJPB, Rodrigo Marques, representou o presidente do Tribunal, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos. Segundo o magistrado, o Poder Judiciário tem como finalidade básica apurar os fatos e aplicar a consequência jurídica atinente ao acontecido. “Entretanto, existe uma sensibilidade dos juízes dessa área em fazer com que as medidas socioeducativas aplicadas tenham um efeito pedagógico e ressocializador”, comentou. Marques informou, ainda, que o Tribunal de Justiça tem interesse de conscientizar juízes para identificar problemas no sistema e procurar meios alternativos de melhoria das medidas socioeducativas.

Os juízes, Antônio Silveira, auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, e Algacyr Rodrigues Negromonte, titular da Infância e Juventude da Comarca de Campina Grande, também representaram o Poder Judiciário da Paraíba na reunião.

O coordenador do Centro de Apoio às Promotorias (CAOP), que atuam na área da infância e juventude, promotor Alley Escorel, disse que veio conhecer os detalhes do Justiça Presente. “O Ministério Público tem o poder de fiscalizar e exigir que os direitos proclamados sejam de fato efetivados. E isso só é alcançado por meio de políticas públicas. Esse tema é extremamente importante e é preciso um acompanhamento por parte da sociedade e das autoridades constituídas”, avaliou.

Número – De acordo com o presidente da Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente ‘Alice de Almeida’ (Fundac), Noaldo Belo Meireles, atualmente 441 jovens cumprem medidas judiciais, sendo que 379 cumprem medidas socioeducativas de internação e 23 adolescentes estão em situação de semiliberdade, totalizando 466 pessoas. “Segundo nossas estatísticas, a Instituição concluiu o ano de 2016 com 638 jovens, tendo alcançado o número de 730, no mês de julho do mesmo ano. Em dezembro do ano passado estávamos com 495”, revelou. No Estado existem oito unidades de internação, sendo sete masculinas e uma feminina.

Participantes – Estiveram presentes na reunião representantes da Defensoria Pública, Secretaria de Saúde, Secretaria da Educação, Empreender e Escolas Cidadãs Integrais.

Justiça Presente – O Programa é uma iniciativa da gestão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Dias Toffoli. O Justiça Presente é uma parceria inédita entre o Conselho Nacional de Justiça e o PNUD, colocando o Poder Judiciário como protagonista para enfrentar o estado de crise do sistema penal. O programa resultou de acordo de cooperação técnica firmado em novembro do ano passado com recursos repassados pelo Ministério da Justiça e de Segurança Pública. Entre as principais apostas do programa estão a atuação simultânea em todos os gargalos da execução penal, a customização das atividades de acordo com as necessidades e capacidades de cada unidade da federação, e o fortalecimento dos atores locais para garantir a eficácia e sustentabilidade das iniciativas.

O Justiça Presente está dividido em quatro eixos de atuação: sistemas eletrônicos; propostas e alternativas ao superencarceramento; políticas de cidadanias e sistema socioeducativo. Cada eixo se desdobra em diversas ações e produtos, que serão desenvolvidos com o apoio de coordenadores e assessores especializados alocados nas 27 unidades da federação. O Programa foi dividido em três fases de implantação, março, junho e julho de 2019, que se prolongarão até o encerramento das atividades, previsto para julho de 2021.

Assunto: EJUS e CIJ promovem palestra sobre depoimento especial e atividade cartorária

Fonte: Abraminj

Data: 03/07/2019



Foto: TJSP



A Escola Judicial dos Servidores (EJUS) e a Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça de São Paulo realizaram, nesta quinta-feira (27), a palestra **Aspectos práticos da atividade cartorária relacionados ao depoimento especial – Lei 13.431/17** para servidores de cartórios de varas Criminais, Violência Doméstica, Infância e Juventude e cumulativas nos quais possam tramitar processos onde deva ser colhido depoimento especial.

A palestra, promovida na sede da Escola, sob a coordenação do desembargador Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa, coordenador da CIJ, teve exposições da assistente judiciário Carolina Oliboni Bastos e da coordenadora do 1º Ofício Criminal e de Crimes contra Crianças e Adolescentes e Anexo da Infância e da Juventude de São Caetano do Sul, Maria Valéria Cipolotti. Também contou com a participação da psicóloga judiciária Irene Pires Antônio, supervisora do Serviço de Depoimento Especial da CIJ, e foi acompanhada por 426 inscritos nas modalidades presencial e a distância.

Carolina Oliboni recordou que a proposta do depoimento especial é implementar uma forma de trabalho integrado. Seu eixo central é evitar que crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência tenham que contar sua história repetidas vezes ao serem atendidos pelos sistemas de saúde, desenvolvimento social e Justiça, revitimizando-os. Dentre os cuidados para a

prestação do depoimento especial, destacou que a criança ou o adolescente deverá ser resguardado de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento. Ela lembrou que, além da violência física e sexual, também podem ser praticadas contra a criança e o adolescente a violência psicológica, o *bullying*, a alienação parental e a violência institucional.

Maria Valéria Cipolotti abordou as fases do processo judicial até chegar ao depoimento especial, para o qual ressaltou as medidas diferenciadas que visam a proteger a criança e o adolescente. Ela enfatizou que cada comarca, por uma questão de logística, tem uma maneira de cumprir o requisito que impede a vítima de ter contato com o réu. Lembrou também que os depoimentos são gravados, mas as mídias ficam guardadas em uma área específica, sendo proibida a cessão ou empréstimo.

Assunto: VIJ-DF orienta sobre autorização de viagem para crianças e adolescentes

Fonte: Abraminj

Data: 03/07/2019



Foto: TJDFT



Antes de viajar, os pais devem ficar atentos à necessidade de autorização judicial para seus filhos, a fim de evitar problemas na hora de embarcar ou pegar a estrada. A Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (VIJ-DF) alerta: crianças e adolescentes menores de 16 anos só podem viajar para fora da comarca onde residem desacompanhados dos pais ou responsáveis se houver expressa autorização, sendo dispensada em algumas situações. A regra está no artigo 83 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A VIJ-DF conta com um sistema que agiliza a emissão de autorizações para viagem na sede da Vara, localizada na 916 Norte, e nos postos de atendimento da Rodoviária Interestadual e do Aeroporto Internacional de Brasília. Os pais ou responsáveis, munidos da documentação necessária, saem com a autorização em poucos minutos, sobretudo se já tiverem cadastro armazenado no sistema. A supervisora da Seção de Apuração e Proteção da VIJ-DF, Ana Luíza Müller, recomenda aos pais providenciar a autorização com antecedência, para evitar problemas de última hora.

Para solicitar a autorização, poderá um dos genitores apresentar seu documento oficial de identificação e o da criança ou adolescente. No caso de responsável legal, é preciso comprovar a guarda ou tutela da criança ou adolescente mediante certidão do juízo que a concedeu.

Viagem nacional para crianças e adolescentes menores de 16 anos

A autorização é dispensada quando estiverem viajando na companhia de ascendente ou colateral, até o terceiro grau, comprovado o parentesco por documento válido por lei. A autorização também não é exigida quando se tratar de comarca contígua à da residência da

criança ou adolescente, se na mesma Unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana. Segundo Ana Luíza Müller, no caso do DF, não é necessária a autorização para a pessoa menor de 16 anos se deslocar entre as cidades do entorno e o Distrito Federal.

As crianças e adolescentes menores de 16 anos poderão viajar para outras Unidades da Federação em companhia de pessoa maior, mesmo sem relação de parentesco, desde que com a expressa autorização do pai, mãe ou responsável. A autorização terá validade de 90 dias e poderá ser lavrada por documento público ou particular por escrito, neste caso com firma reconhecida em cartório. Esse documento particular deverá conter a qualificação completa da criança e de quem autoriza a viagem, o destino, especificação dos trechos (somente ida ou ida e volta ao DF), o nome e endereço do acompanhante, bem como o endereço de permanência no local do destino.

Vale destacar que o adolescente maior de 16 anos não necessita de autorização para viajar dentro do território nacional, bastando portar documento oficial de identificação com foto, observado o que dispõe Resolução da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para viagens terrestres, e da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), para viagens aéreas.

Viagem internacional de crianças e adolescentes menores de 18 anos

A autorização é exigida sempre que crianças e adolescentes (0 a 17 anos) precisarem viajar para outros países desacompanhados, na companhia de apenas um dos pais ou acompanhados de terceiros. A autorização é dispensável apenas quando a criança ou adolescente for viajar com ambos os genitores.

Se a criança ou o adolescente for viajar desacompanhado ou na companhia de terceiros, ambos os pais devem autorizar. Se a viagem for com apenas um dos genitores, o outro precisa autorizar. A VIJ-DF disponibiliza na internet (site do TJDF, menu Informações, Infância e Juventude, [Informações](#), [link Autorização de Viagem](#)) modelo de autorização de viagem internacional, com as informações que devem constar ([veja aqui modelo de autorização](#)). Um formulário padrão também está disponível nos sites do Conselho Nacional de Justiça e da Polícia Federal.

Locais de atendimento

Viagem nacional

- Vara da Infância e da Juventude - Seção de Apuração e Proteção
Endereço: SGAN 916, Módulo F
Telefone: 3103-3250 e 3103-3287
Horário: dias úteis, das 12 às 19 horas
- Aeroporto Internacional de Brasília - situado no mezanino em frente aos balcões das companhias aéreas
Telefone: 3103-7397
Horário: todos os dias, das 8 às 20 horas
- Rodoviária Interestadual de Brasília
Endereço: SMAS (Setor de Múltiplas Atividades Sul), Trecho 4, Lote 5/6 – ao lado da Estação Shopping do Metrô

Telefone: 3103-3203

Horário: todos os dias, das 8 às 20 horas

- Fóruns das seguintes regiões administrativas do Distrito Federal: Águas Claras, Brazlândia, Ceilândia, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Taguatinga

Horário: dias úteis, das 12 às 19 horas

Viagem internacional

- Vara da Infância e da Juventude - Seção de Apuração e Proteção

Endereço: SGAN 916, Módulo F

Telefone: 3103-3250 e 3103-3287

Horário: dias úteis, das 12 às 19 horas

- Aeroporto Internacional de Brasília - situado no mezanino em frente aos balcões das companhias aéreas

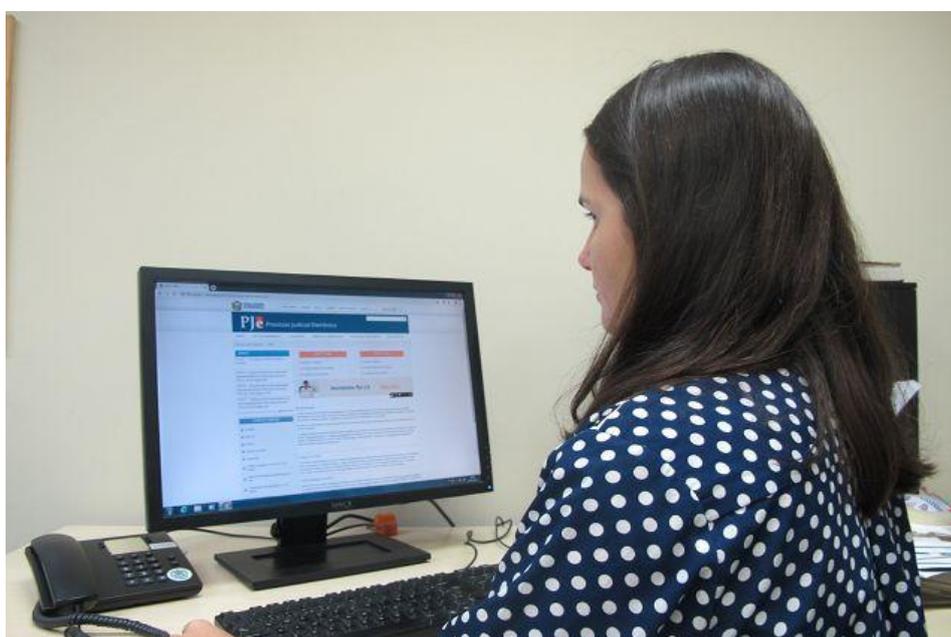
Telefone: 3103-7397

Horário: todos os dias, das 8 às 20 horas

Assunto: TJPE implanta PJe nas unidades Regionais da Infância e Juventude do Estado

Fonte: TJPE

Data: 03/07/2019



A instalação do sistema nas unidades Regionais da Infância e Juventude corresponde a segunda etapa do plano de uso do PJe

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) implanta, a partir de quinta-feira (4/7), o [Processo Judicial eletrônico](#) (PJe) nas Varas Regionais da Infância e Juventude do Estado. O cronograma de implantação foi dividido em três etapas e abrange exclusivamente os processos de competência cível, a exemplo de adoção. A instalação do sistema nas unidades Regionais da Infância e Juventude corresponde a segunda etapa do plano de uso do PJe nas unidades judiciárias este ano. Confira a Instrução Normativa 05/2019 sobre o tema [AQUI](#).

O sistema começa a ser implantado nas Varas Regionais da Infância e Juventude das comarcas do Cabo de Santo Agostinho, Palmares, Vitória de Santo Antão, Goiana, Caruaru, Garanhuns, Petrolina, Santa Cruz do Capibaribe, Afogados da Ingazeira e Arcoverde. A primeira etapa abrangeu a implantação do PJe nas 1ª e 2ª Varas da Infância e Juventude da Capital; na Vara Regional da Infância e Juventude do Recife; e nas Varas da Infância e Juventude de Jaboatão dos Guararapes, de Olinda e do Paulista. Na terceira e última etapa, no dia 9 de agosto, recebem o sistema as Varas Únicas e Cíveis do Interior.

Todos os servidores e magistrados das unidades estão sendo capacitados pela Escola Judicial do TJPE (Esmape) para uso do PJe e deverão emitir seus certificados digitais para acesso ao sistema. A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) está providenciando a adequação dos equipamentos necessários para uso do processo eletrônico.

Atualmente tramitam, no Judiciário estadual, cerca de 1,2 milhão de processos por via eletrônica, sendo exatas 1.166.420 ações até 30 de junho de 2019. Presente nas 150 comarcas do Estado, o PJe já é utilizado nas unidades cíveis de Família e Registro Civil, Fazenda e Sucessões, além das três Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital, também na competência cível, bem como na 2ª Instância. O TJPE foi o segundo Tribunal estadual do país a ultrapassar a marca de um milhão de processos com tramitação eletrônica, sendo precedido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Sistema – Desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais para a automação do Judiciário brasileiro, o PJe é um sistema eletrônico capaz de permitir a prática de atos processuais em todos os ramos do Judiciário (Federal, Estadual e do Trabalho). Foi lançado oficialmente em 21 de junho de 2011. Desde 3 de fevereiro de 2014, o CNJ está utilizando exclusivamente o PJe para o trâmite de novos processos

Texto e foto: Ivone Veloso | Ascom TJPE